

ATENÇÃO PRECOCE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTERFACES ENTRE FORMAÇÃO DOCENTE, DESENVOLVIMENTO INFANTIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

ODS 4 – Educação de Qualidade
ODS 8 – Emprego Digno e Crescimento Econômico
ODS 10 – Redução das Desigualdades

Maristella Nogueira Dias Campos (Universidade de Taubaté)
Cesar Augusto Eugenio (Universidade de Taubaté)

Resumo

A Primeiríssima Infância, de zero a três anos, representa um período decisivo para o desenvolvimento integral e para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas. Nesse cenário, a inclusão de crianças com deficiência ou sinais de desenvolvimento atípico configura-se como um desafio crescente, especialmente diante do aumento expressivo de matrículas na Educação Infantil. A promulgação da Lei nº 14.880/2024, que institui a Política Nacional de Atenção Precoce, destaca a necessidade de qualificar a formação docente para a observação sensível, a identificação precoce de sinais de alerta e a intervenção pedagógica adequada. Esta pesquisa realizou uma revisão de literatura, com buscas no Portal de Periódicos da Capes, Scielo e no Banco de Teses do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté, utilizando descritores previamente definidos. Os resultados evidenciam uma lacuna na produção acadêmica sobre a Primeiríssima Infância, revelando que, embora haja consenso sobre a importância da atenção precoce e da formação docente, ainda são poucos os estudos voltados ao cotidiano das creches brasileiras dentro dos limites dos repositórios pesquisados e no recorte temporal. Identifica-se, também, a necessidade de maior articulação entre escola regular e escola especializada, de modo que ambas atuem de forma complementar no apoio às crianças com maiores demandas de atenção. A inclusão, para além do acesso físico, requer formação crítica, práticas pedagógicas intencionais e políticas públicas efetivas. Investir na qualificação docente e na atenção precoce é assegurar equidade, reduzir desigualdades e garantir às crianças de 0 a 3 anos, experiências educativas transformadoras.

Palavras-chave: Primeiríssima Infância; Atenção Precoce; Formação Docente.

Introdução

A Primeiríssima Infância (0 a 3 anos) é reconhecida como fase crucial para o desenvolvimento integral e para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas. Nesse período, a inclusão de crianças com deficiência ou sinais de desenvolvimento atípico representa um desafio crescente, evidenciado pelo aumento das matrículas na Educação Infantil (Censo Escolar, 2023; 2024; Instituto Rodrigo Mendes, 2024). Fundamentado na Lei nº 14.880/2024, que institui a Política Nacional de Atenção



Precoce, este estudo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura que analise criticamente produções acadêmicas recentes sobre a inclusão na Primeiríssima Infância, buscando identificar limites, possibilidades e estratégias para o aprimoramento da formação docente e das práticas pedagógicas. A questão central que orienta a pesquisa é: *o que revelam as produções sobre a formação de professores da Educação Infantil na identificação de sinais atípicos e na promoção de práticas inclusivas, considerando a articulação com a escola especializada?*

Além de oferecer respaldo conceitual à investigação, a revisão da literatura contribui para a delimitação do problema de pesquisa, fundamenta a escolha dos objetivos e da metodologia e apoia a análise dos resultados. Ao final, permite ao pesquisador dialogar criticamente com os autores revisados, confrontando os dados encontrados com os referenciais estudados, o que fortalece a validade e a relevância do estudo, e favorece a socialização do conhecimento produzido. Nessa direção, apresenta-se a seguir a revisão de literatura, organizada nos eixos: desenvolvimento infantil e atenção precoce; formação docente e práticas inclusivas; políticas públicas e legislação; escola especializada como apoio à inclusão.

Revisão da literatura

A revisão de literatura consiste em uma etapa fundamental da pesquisa científica, pois permite reunir, analisar e interpretar criticamente as produções acadêmicas já existentes sobre um tema, identificando avanços, limitações e lacunas.

No presente estudo, ela foi conduzida de forma sistemática e criteriosa, a fim de mapear e compreender o estado atual do conhecimento sobre a inclusão na Primeiríssima Infância, com foco na Lei nº 14.880/2024 (Atenção Precoce). Essa etapa possibilitou construir um referencial teórico consistente, articulando contribuições sobre desenvolvimento infantil, formação docente, práticas pedagógicas inclusivas e políticas públicas, que fundamentam as análises e reflexões propostas ao longo da pesquisa.

Desenvolvimento infantil e atenção precoce.

Nesse eixo a busca realizada em 2025 identificou um grande volume inicial de publicações, mas após a aplicação dos filtros e critérios de inclusão, apenas alguns



estudos foram selecionados. No Portal de Periódicos da CAPES, os descritores “*desenvolvimento infantil*” OR “*neurodesenvolvimento*” resultaram em 9.680 títulos, reduzidos a 6.449, dos quais 4 artigos foram incluídos. Com os descritores “*atenção precoce*” OR “*intervenção precoce*”, entre 1.710 títulos iniciais, 3 artigos foram selecionados. Para “*educação infantil*” OR “*primeiríssima infância*”, apenas 1 artigo (2024–2025) foi identificado e incluído. No Banco de Teses e Dissertações do MPE-UNITAU, entre 2019 e 2024, embora tenham sido localizadas 22 produções distribuídas entre os descritores, nenhuma foi aproveitada por não atender aos critérios estabelecidos. No SciELO, dos 15 títulos iniciais relacionados a “*desenvolvimento infantil*” OR “*neurodesenvolvimento*”, 2 foram selecionados; já as buscas com “*atenção precoce*” OR “*intervenção precoce*” e “*educação infantil*” OR “*primeiríssima infância*” não resultaram em estudos incluídos.

Os resultados citados podem ser observados no quadro 1 a seguir.

Quadro 1- Panorama das pesquisas em Desenvolvimento Infantil e à Atenção Precoce

PANORAMA SOBRE O TEMA			
DESCRITORES	PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	UNITAU MPE	SCIELO
Desenvolvimento Infantil OR Neurodesenvolvimento	18/4	12/0	5/2
Atenção Precoce OR Intervenção Precoce	6/3	12/0	2/0
Educação Infantil OR Primeiríssima Infância	1/1	22/0	0/0

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A seleção das pesquisas no Portal de Periódicos da CAPES e no SciELO baseou-se na análise de títulos e, quando necessário, na leitura integral dos artigos. No Banco de Teses e Dissertações do MPE/UNITAU, a triagem ocorreu por meio de títulos e resumos. Os estudos incluídos foram escolhidos pela proximidade com o tema investigado e pela adequação aos princípios metodológicos de uma revisão sistemática incluindo os critérios de inclusão e exclusão.

Com essas percepções selecionaram-se as publicações, como observado no quadro 2.

Quadro 2- Leituras realizadas nas pesquisas sobre o eixo Desenvolvimento Infantil e Atenção Precoce

ARTIGO/TESE/ DISSERTAÇÃO	PERIÓDICO	ANO
1- Ações de extensão universitária para translação do conhecimento sobre desenvolvimento infantil em creches: relato de experiência	CAPES	2019
2- Development and validation of an instrument for monitoring child development indicators	CAPES	2020
3- Neurodesenvolvimento na Primeira Infância: aspectos significativos para o atendimento escolar na Educação Infantil	CAPES	2020
4- Vigilância e estímulo do crescimento e desenvolvimento infantil	CAPES	2019
5- The impact of child poverty on brain development: does money matter?	SCIELO	2023
6- Profile of children assisted in a teaching outpatient clinic of developmental disabilities in São Paulo, Brazil	SCIELO	2022

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A revisão identificou seis estudos relevantes que, em conjunto, evidenciam a importância da observação precoce e da articulação entre educação e saúde no acompanhamento do desenvolvimento infantil. **Costa et al. (2019)** destacam o papel da extensão universitária na aproximação entre práticas pedagógicas e evidências científicas, fortalecendo a atuação docente nas creches. Essa perspectiva dialoga com **Venancio et al. (2020)**, que propõem instrumentos para identificação precoce de sinais atípicos, e com **Crespi, Noro e Nóbile (2020)**, ao enfatizarem o papel do professor na compreensão do neurodesenvolvimento durante a Primeiríssima Infância. Em complemento, **Souza et al. (2019)** reforçam a importância do acompanhamento sistemático por meio de registros como a caderneta de saúde, enquanto **Feijó et al. (2023)** ampliam a discussão ao relacionar fatores socioeconômicos ao desenvolvimento cognitivo e à aprendizagem. Por fim, **Frota et al. (2023)** evidenciam que a demora no acesso ao atendimento especializado compromete a intervenção precoce, o que reafirma a necessidade de uma observação pedagógica qualificada e integrada ao contexto educacional desde os primeiros anos de vida.

Formação Docente e Inclusão



Na busca sobre o eixo, em 2025, foram estabelecidos os descritores: “formação docente” or “formação de professores” and “educação inclusiva” or “inclusão escolar” and “educação infantil”. O Portal de Periódicos da CAPES indicou 79 artigos, reduzidos a 61 após refinamento (2019–2025). Desses, 4 foram lidos integralmente e 2 selecionados. No Banco de Teses e Dissertações do MPE-UNITAU, 22 dissertações foram analisadas e 1 incluída. No SciELO, não foram encontrados resultados.

Os resultados citados podem ser observados no quadro 3 a seguir.

Quadro 3- Panorama das pesquisas em formação docente e inclusão.

PANORAMA SOBRE O TEMA			
DESCRITORES	PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	UNITAU MPE	SCIELO
Formação Docente OR Formação de Professores And Educação Inclusiva OR Inclusão Escolar And Educação Infantil	4/2	22/1	-

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A seleção das pesquisas no Portal de Periódicos da CAPES e no SciELO baseou-se na análise de títulos e, quando necessário, na leitura integral dos artigos. No Banco de Teses e Dissertações do MPE/UNITAU, a triagem ocorreu por meio de títulos e resumos. Os estudos incluídos foram escolhidos pela proximidade com o tema investigado e pela adequação aos princípios metodológicos de uma revisão sistemática incluindo os critérios de inclusão e exclusão.

Com essas percepções selecionaram-se as publicações, como observado no quadro 4

Quadro 4- Leituras realizadas nas pesquisas sobre Formação Docente e Inclusão

ARTIGO/TESE/ DISSERTAÇÃO	PERIÓDICO	ANO
1- Educação especial e a formação continuada de professores: diálogos entre educação infantil e currículo	CAPES	2023
2- A formação continuada de docentes da educação infantil com vistas a uma prática inclusiva para estudantes com deficiências	CAPES	2024



3- Educação infantil sob a perspectiva da educação especial-inclusiva: reflexões docentes sobre as necessidades formativas	UNITAU	2023
--	--------	------

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Os três estudos evidenciam em conjunto que a formação docente é elemento central para a efetivação de práticas inclusivas na Educação Infantil. **Dobrovoski, Vieira e Melo (2023)** ressaltam a formação continuada como condição para aprimorar a prática pedagógica; **Rocha et al. (2024)** reforçam a necessidade de atualização constante para garantir inclusão e atenção precoce; e **Lopes (2023)** amplia o debate ao demonstrar que tanto a formação inicial quanto a continuada impactam diretamente a qualidade das ações inclusivas na Primeiríssima Infância. Juntos, os autores apontam que investir na formação docente é essencial para consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva desde os primeiros anos.

Políticas Públicas e Legislação Educacional

Na busca realizada em 2025 sobre este eixo, utilizando os descritores “Lei 14.880/2024” AND “Educação Infantil”, o Portal de Periódicos da CAPES apresentou 378 artigos, reduzidos a 243 após refinamento; 3 foram lidos integralmente e 2 selecionados. Vale ressaltar que não foram encontrados artigos que falassem da Lei 18.880/24, apenas da Educação Infantil. No Banco de Teses e Dissertações do MPE-UNITAU, 12 publicações foram encontradas, mas nenhuma incluída. No SciELO, dos 78 artigos iniciais, restaram 39 após filtros, porém nenhum foi selecionado por não tratar da Lei ou da Primeiríssima Infância. A seleção considerou títulos, resumos e, quando necessário, leitura integral, garantindo aderência ao tema e aos critérios da revisão sistemática.

Os resultados citados podem ser observados no quadro 5 a seguir.

Quadro 5- Panorama das pesquisas em políticas públicas e da legislação educacional

PANORAMA SOBRE O TEMA			
DESCRITORES	PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	UNITAU MPE	SCIELO
Lei 14.880/2024 AND Educação Infantil	3/2	12/0	39/0

Fonte: Elaborado pela autora (2025)



A seleção das pesquisas no Portal de Periódicos da CAPES e no SciELO baseou-se na análise de títulos e, quando necessário, na leitura integral dos artigos. No Banco de Teses e Dissertações do MPE/UNITAU, a triagem ocorreu por meio de títulos e resumos. Os estudos incluídos foram escolhidos pela proximidade com o tema investigado e pela adequação aos princípios metodológicos de uma revisão sistemática incluindo os critérios de inclusão e exclusão.

Com essas percepções selecionaram-se as publicações, como observado no quadro 6.

Quadro 6- Leituras realizadas nas pesquisas sobre Políticas Públicas e da Legislação Educacional

ARTIGO/TESE/ DISSERTAÇÃO	PERIÓDICO	ANO
1- Educação infantil no brasil: cenários e centralidade histórica	CAPES	2021
2- Regimento da creche/cei: antecedentes históricos e demandas atuais na democratização da gestão	CAPES	2023
3- A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira	SCIELO	2019
4- Movimento histórico do direito à educação para as pessoas com deficiência: prescrições das Constituições brasileiras	SCIELO	2023

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os quatro estudos dialogam ao evidenciar a consolidação da Educação Infantil como direito social e a importância das políticas públicas na promoção da inclusão. **Pereira (2021)** apresenta o percurso histórico que transformou a Educação Infantil de um modelo assistencial para um direito garantido; **Perrella (2023)** destaca a gestão democrática e os regimentos escolares como instrumentos de equidade; **Santos (2019)** reforça a escola como espaço de proteção e garantia de direitos; e **Bigarella e Bassi (2023)** mostram como a legislação brasileira evoluiu para assegurar a inclusão das pessoas com deficiência. Em conjunto, os autores evidenciam que a efetivação da inclusão depende de políticas e práticas institucionais comprometidas com a justiça social desde os primeiros anos de vida.

Escola Especializada como apoio à Inclusão



Na busca sobre **Escola Especializada e Inclusão** (2025), foram estabelecidos os descritores: “Escola Especializada” OR “Inclusão Escolar”, o Portal de Periódicos da CAPES apresentou 2.345 artigos, reduzidos a 1.386 após refinamento; 8 foram lidos integralmente e 3 selecionados. No Banco de Teses e Dissertações do MPE-UNITAU, 2 publicações foram localizadas, mas nenhuma incluída. No SciELO, dos 2.296 resultados iniciais, 1.209 permaneceram após filtros; 120 títulos foram analisados e apenas 1 artigo foi selecionado por atender aos critérios.

Os resultados citados podem ser observados no quadro 7 a seguir.

Quadro 7- Panorama das pesquisas da escola especializada como apoio à inclusão

PANORAMA SOBRE O TEMA			
DESCRITORES	PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	UNITAU MPE	SCIELO
Escola Especializada OR Inclusão Escolar	8/3	2/0	120/1

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A seleção das pesquisas no Portal de Periódicos da CAPES e no SciELO baseou-se na análise de títulos e, quando necessário, na leitura integral dos artigos. No Banco de Teses e Dissertações do MPE/UNITAU, a triagem ocorreu por meio de títulos e resumos. Os estudos incluídos foram escolhidos pela proximidade com o tema investigado e pela adequação aos princípios metodológicos de uma revisão sistemática incluindo os critérios de inclusão e exclusão.

Com essas percepções selecionaram-se as publicações, como observado no quadro 8.

Quadro 8- Leituras realizadas nas pesquisas sobre a Escola especializada como apoio à inclusão

ARTIGO/TESE/ DISSERTAÇÃO	PERIÓDICO	ANO
1- A Política de Educação Inclusiva e o Futuro das Instituições Especializadas no Brasil	CAPES	2019
2- Educação comum ou especial? análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras	CAPES	2021



3- Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil	SCIELO	2021
---	--------	------

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os três estudos se articulam ao discutir os desafios e contradições das políticas de Educação Especial e Inclusão no Brasil. **Mendes (2019)** analisa as tensões entre a inclusão em escolas comuns e o papel das instituições especializadas; **Pletsch e Souza (2020)** aprofundam o debate ao evidenciar as disputas entre os modelos biomédico e social da deficiência; e **Schabbach e Rosa (2021)** ampliam a reflexão ao mostrar como essas disputas históricas influenciam as práticas e políticas atuais. Em conjunto, os autores demonstram que a efetivação da inclusão requer superar paradigmas segregadores e fortalecer a articulação entre escola regular e especializada. Embora haja avanços nas discussões sobre desenvolvimento infantil, formação docente e políticas para a Primeiríssima Infância, ainda existem fragilidades na implementação de práticas inclusivas e na articulação entre escola regular e especializada. Diante disso, adotou-se uma abordagem metodológica sistemática para organizar, selecionar e analisar criticamente as produções, conforme os critérios de seleção, estratégias de busca e procedimentos de análise.

Método

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo revisão sistemática da literatura, desenvolvida com o objetivo de reunir, analisar e sintetizar produções acadêmicas recentes sobre o tema inclusão na Primeiríssima Infância, com foco na Lei nº 14.880/2024, que institui a Política Nacional de Atenção Precoce.

As buscas foram realizadas em bases de dados de reconhecida relevância nacional e internacional, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Repositório Institucional do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté (UNITAU MPE) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), selecionadas por sua credibilidade e abrangência temática.

A coleta de dados foi conduzida entre 2019 e 2025, com base em descritores previamente definidos e organizados em quatro eixos temáticos, combinados por meio



de operadores booleanos (“AND” e “OR”), o que permitiu refinar os resultados e garantir coerência entre o levantamento e os objetivos da pesquisa. Os eixos e descritores foram: **Desenvolvimento Infantil e Atenção Precoce:** “desenvolvimento infantil” OR “neurodesenvolvimento” AND “atenção precoce” OR “intervenção precoce” AND “educação infantil” OR “primeiríssima infância”; **Formação Docente e Inclusão:** “formação docente” OR “formação de professores” AND “educação inclusiva” OR “inclusão escolar” AND “necessidades educacionais especiais” OR “educação infantil”; **Políticas Públicas e Legislação Educacional:** “Lei 14.880/2024” OR “educação infantil”; **Escola Especializada como Apoio à Inclusão:** “escola especializada” AND “inclusão escolar”.

Foram definidos critérios de inclusão que contemplaram: textos completos em português, inglês ou espanhol; publicações entre 2019 e 2025; e relação direta ou indireta com os eixos temáticos da pesquisa, formação docente, desenvolvimento infantil, práticas pedagógicas inclusivas, políticas públicas e o papel da escola especializada. Foram aceitos artigos revisados por pares, dissertações, teses, livros, documentos oficiais e outras produções com fundamentação teórica consistente e relevância acadêmica.

Os critérios de exclusão compreenderam: duplicidade entre bases; publicações anteriores a 2019; trabalhos sem revisão por pares (como blogs e textos opinativos); estudos voltados exclusivamente à pré-escola, ao Ensino Fundamental ou outras etapas que não a Primeiríssima Infância (0 a 3 anos); e produções restritas à perspectiva clínica, médica ou familiar, sem articulação com o campo educacional.

A amostra final correspondeu ao conjunto de estudos selecionados após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, analisados qualitativamente quanto aos objetivos, metodologias e contribuições para o debate sobre inclusão na Primeiríssima Infância.

Os procedimentos de análise seguiram os princípios da Análise de Conteúdo de Bardin (2020), permitindo a categorização e interpretação crítica das produções selecionadas, a partir de eixos temáticos e da recorrência de ideias relevantes para o campo da formação docente e da atenção precoce.



Por se tratar de uma revisão de literatura, sem envolvimento direto de participantes humanos ou animais, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as normas vigentes.

Esse percurso metodológico assegurou o rigor, a transparência e a sistematicidade da revisão, fortalecendo o embasamento teórico do estudo e contribuindo para a compreensão crítica das produções recentes sobre a inclusão na Primeiríssima Infância.

Resultados e discussão

A revisão sistemática realizada permitiu reunir e analisar produções acadêmicas publicadas entre 2019 e 2025, organizadas em quatro eixos temáticos: desenvolvimento infantil e atenção precoce; formação docente e inclusão; políticas públicas e legislação educacional; e escola especializada como apoio à inclusão. Os resultados evidenciam tanto avanços conceituais e práticos quanto fragilidades significativas no campo da inclusão na Primeiríssima Infância.

Em relação ao Desenvolvimento Infantil e Atenção Precoce, os estudos selecionados destacam o período de 0 a 3 anos como fase sensível para o desenvolvimento integral, apontando a necessidade de estratégias de observação sistemática e identificação precoce de sinais atípicos. Artigos que tratam do neurodesenvolvimento e da criação de instrumentos de monitoramento evidenciam o potencial da intervenção precoce como meio de ampliar as oportunidades de aprendizagem e reduzir desigualdades. Contudo, observa-se que boa parte das produções ainda está vinculada ao campo da saúde, com pouca ênfase na dimensão pedagógica. Esse resultado reforça a necessidade de maior diálogo interdisciplinar e de pesquisas voltadas à realidade das creches brasileiras, alinhadas à Lei nº 14.880/2024.

A análise no eixo da Formação Docente e Inclusão, dos estudos indicam consenso quanto à insuficiência da formação inicial para atender às demandas da inclusão na Primeiríssima Infância. Os trabalhos ressaltam a importância da formação continuada como espaço de reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e como meio de preparar professores para identificar sinais de desenvolvimento atípico e



propor intervenções inclusivas. Entretanto, identificou-se que as pesquisas ainda se concentram mais na etapa da pré-escola do que nas creches, o que reforça uma lacuna sobre a preparação de profissionais para atuar especificamente com crianças de 0 a 3 anos.

Em Políticas Públicas e Legislação Educacional, os estudos selecionados apontam que, apesar dos avanços legais, ainda existe um descompasso entre as normativas e a efetivação das práticas inclusivas. A Lei nº 14.880/2024, que institui a Política Nacional de Atenção Precoce, emerge como marco fundamental para assegurar direitos educacionais desde os primeiros anos, mas sua aplicação ainda carece de regulamentação e de mecanismos de acompanhamento efetivos. Além disso, as produções revisadas sugerem que a Educação Infantil no Brasil continua marcada por desigualdades estruturais e por uma implementação heterogênea das políticas públicas, o que dificulta a consolidação da equidade educacional prevista na legislação.

No eixo Escolas Especializada como Apoio à Inclusão, a literatura revisada evidencia tensões históricas entre a defesa da escolarização de todas as crianças público-alvo da Educação Especial em classes comuns e a manutenção das instituições especializadas. Os estudos analisados mostram que a escola especializada permanece como espaço importante de apoio técnico e pedagógico às redes regulares, especialmente nos casos de maior complexidade. Essa articulação, no entanto, ainda não está suficientemente consolidada nas políticas e práticas educacionais, o que sugere a necessidade de maior integração entre os dois contextos para garantir a efetividade da inclusão na Primeiríssima Infância.

Em síntese, a revisão revela que há avanços conceituais e normativos no campo da inclusão na Educação Infantil, especialmente após a promulgação da Lei nº 14.880/2024, mas também aponta fragilidades significativas nas produções acadêmicas, sobretudo em relação à Primeiríssima Infância (0 a 3 anos).

As pesquisas sobre atenção precoce concentram-se na saúde, as sobre formação docente focam mais na pré-escola, e as políticas públicas apresentam fragilidades na implementação. Além disso, a relação entre escolas regulares e especializadas ainda demanda maior clareza e fortalecimento.



Esses achados indicam que a inclusão na Primeiríssima Infância depende não apenas de marcos legais, mas de formação docente consistente, práticas pedagógicas intencionais e redes colaborativas de apoio, de modo a assegurar que todas as crianças tenham garantido o direito a experiências educativas equitativas e transformadoras desde os primeiros anos de vida.

Considerações Finais

A revisão de literatura realizada evidenciou que a inclusão na Primeiríssima Infância constitui um campo ainda pouco explorado na produção acadêmica brasileira, especialmente no que se refere à faixa etária de 0 a 3 anos. A análise dos eixos temáticos permitiu identificar avanços, mas também fragilidades significativas: a centralidade das discussões sobre atenção precoce ainda vinculada ao campo da saúde, a carência de pesquisas voltadas à formação docente para creches, a fragilidade da implementação das políticas públicas, e a necessidade de articulação efetiva entre escolas regulares e especializadas.

Constatou-se que a Lei nº 14.880/2024, ao instituir a Política Nacional de Atenção Precoce, representa um marco legal fundamental para a garantia de direitos educacionais desde os primeiros anos de vida. Contudo, sua efetividade depende de ações concretas, como o investimento em formação inicial e continuada de professores, a criação de instrumentos pedagógicos de observação e acompanhamento do desenvolvimento infantil e o fortalecimento da rede de apoio entre diferentes instituições educacionais.

Do ponto de vista teórico e metodológico, esta pesquisa contribui ao mapear o estado do conhecimento sobre a inclusão na Primeiríssima Infância, apontando tanto as contribuições quanto as lacunas da produção científica recente. Do ponto de vista prático, reforça a urgência de construir políticas públicas integradas e práticas pedagógicas intencionais, capazes de assegurar que crianças com deficiência ou sinais de desenvolvimento atípico tenham garantido o direito a uma educação inclusiva, equitativa e transformadora.

Por fim, ressalta-se que investir no início da vida é investir no presente e no futuro da sociedade. Fortalecer a atenção precoce, a formação docente e a inclusão



na Primeiríssima Infância é um caminho estratégico para reduzir desigualdades, promover equidade e consolidar uma educação que reconheça e valorize a diversidade desde os primeiros anos de vida.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. **São Paulo: Edições 70, 2020.**

BIGARELLA, N.; BASSI, T. M. dos S. **Movimento histórico do direito à educação para as pessoas com deficiência: prescrições das Constituições brasileiras.** *Interações*, Campo Grande, v. 24, n. 2, p. 727–737, abr./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v24i2.4004>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. **Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 14.880, de 16 de maio de 2024. **Institui a Política Nacional de Atenção Precoce voltada ao atendimento especializado de crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos com deficiência, com risco para o desenvolvimento ou com atraso no desenvolvimento.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 95, p. 1, 17 maio 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.880-de-16-de-maio-de-2024-549389359>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. **Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão.** INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 14 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CAMPOS, A. F. M. de; CAETANO, L. M. D.; LAUS-GOMES, V. **Revisão sistemática de literatura em educação: características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas.** *Revista Linguagem, Educação e Sociedade – LES*, v. 27, n. 54, p. 139-169, 2023.

CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2012.



COSTA, P.; PALOMBO, C. N. T.; SILVA, L. S.; SILVA, M. T.; MATEUS, L. V. J.; BUCHHORN, S. M. M. **Ações de extensão universitária para translação do conhecimento sobre desenvolvimento infantil em creches: relato de experiência.** *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 53, e03484, 2019.

DOI: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/jxdPHtGhD5CtSQ3SxnKpft/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2025.

CRESPI, Livia; NORO, Deisi; NÓBILE, Márcia Finimundi. **Neurodesenvolvimento na Primeira Infância: aspectos significativos para o atendimento escolar na Educação Infantil.** *Ensino em Re-Vista*, Uberlândia, v. 27, n. especial, p. 1517-1541, dez. 2020. DOI: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/57449>. Acesso em: 12 jul. 2025.

DOBROVOSKI, M.; VIEIRA, A. B.; MELO, K. de A. **Educação especial e a formação continuada de professores: diálogos entre educação infantil e currículo.** *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 15, n. 8, p. 7220-7235, 2023. DOI: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1350/1389>. Acesso em: 12 jul. 2025.

FEIJÓ, D. M. et al. **The impact of child poverty on brain development: does moneymatter?** *Dementia & Neuropsychologia*, São Paulo, v. 17, p. 1-12, 2023. DOI: <https://www.scielo.br/j/dn/a/HxPB9ktjFwCqWXd5fs5NZmx/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 12 jul. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. **Brasil tem 3,5 vezes mais alunos com deficiência do que indicam dados oficiais, diz pesquisa.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/08/brasil-tem-35-vezes-mais-alunos-com-deficiencia-do-que-indicam-dados-oficiais-diz-pesquisa.shtml?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 29 ago. 2025.

FROTA, M. A.; RESEGUE, R. M.; COLUCCI, A.; MICHELETTI, C. **Profile of children assisted in a teaching outpatient clinic of developmental disabilities in São Paulo, Brazil** *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 41, p. 1-9, 2023. DOI: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/tyCqk4qWztMPZ6RgWTBCdrn/?lang=en>. Acesso em: 12 jul. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Publicação do IRM apresenta dados da Educação Especial no Brasil entre 2013 e 2024.** São Paulo, 2025. Disponível em: https://institutorodrigomendes.org.br/panorama-educacao-especial-2024/?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 29 ago. 2025.



LOPES, J. C. **Educação Infantil sob a perspectiva da Educação Especial-Inclusiva: reflexões docentes sobre as necessidades formativas.** 2023. 203 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2023.

MENDES, E. G. **A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil.** *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Tempe, v. 27, n. 22, p. 1-27, 2019. DOI: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3167/2217>. Acesso em: 12 jul. 2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OPENAI. **ChatGPT [GPT-5].** São Francisco, CA: OpenAI, 2025. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

PEREIRA, M. C. **Educação infantil no Brasil: cenários e centralidade histórica.** *Ensaio Pedagógico*, Sorocaba, v. 5, n. 3, p. 12-20, set./dez. 2021. DOI: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/262/273>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PERRELLA, C. S. S. **Regimento da creche/CEI: antecedentes históricos e demandas atuais na democratização da gestão.** *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 25, e023071, p. 1-21, 2023. DOI: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8672807/32867>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. **Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 25, e250045, p. 1-23, 2020. DOI: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15126/11006>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ROCHA, A. C. V. et al. **A formação continuada de docentes da educação infantil com vistas a uma prática inclusiva para estudantes com deficiências.** *Revista Apaie Ciência*, v. 21, n. 1, p. 33-45, 2024. DOI: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/401>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SANTOS, É. **A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, e184961, 2019. DOI: <https://www.scielo.br/j/ep/a/8pQkJ9rFx8cLKswHFWPfvTG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2025.



SCHABBACH, L. M.; ROSA, R. S. **Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, e250588, p. 1-20, 2021. DOI: <https://www.scielo.br/j/rap/a/mdmYgrSckvPRnskGYQftPRw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SOUZA, A. N. et al. **Vigilância e estímulo do crescimento e desenvolvimento infantil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, p. 3713-3722, 2019. DOI: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/238634/31558>. Acesso em: 12 jul. 2025.

VENANCIO, Sonia Isoyama; BORTOLI, Maritsa C.; FRIAS, Paulo G.; GIUGLIANI, Elsa R. J.; ALVES, Cláudia R. L.; SANTOS, Miriam O. **Development and validation of an instrument for monitoring child development indicators.** *Jornal de Pediatria (Rio J.)*, v. 96, n. 6, p. 778-789, 2020. DOI: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2255553619302034?via%3Dihub>. Acesso em: 12 jul. 2025.